



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2015

NOTA DE ESCLARECIMENTO I

ÀS EMPRESAS INTERESSADAS NO CERTAME

Torno público a todos os interessados em participar do **Pregão Eletrônico nº 002/2015**, a Solicitação de Esclarecimentos encaminhada pela empresa LÍDER SIGNATURE S/A, acerca do certame supra mencionado e os respectivos esclarecimentos prestados.

QUESTIONAMENTOS:

Ilmo. (a) Senhor (a) Pregoeiro (a),

A **LÍDER SIGNATURE S/A** ao analisar o Edital do Pregão Eletrônico em referência, identificou a necessidade de melhor aclarar determinados pontos do citado documento e respectivos anexos, para os quais, respeitosamente, solicita pronunciamento desta Comissão, no sentido de dirimi-los.

Preliminarmente, observe-se que o referido edital tem por objeto:

*"O objeto do presente pregão eletrônico é a contratação de empresa devidamente autorizada pelo fabricante e possuidora de um "Technical Assistance (sic) Agreement" do Governo Americano ou do país de origem das peças, para o fornecimento de material aeronáutico (fornecimento de peças, peças e componentes para motores), para atender às manutenções preventivas e corretivas da aeronave BELL, modelo HUEY II, pertencente acervo do Governo do Estado do Rio de Janeiro e sob a administração da Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas da Subsecretaria Militar da Casa Civil, conforme as especificações constantes da Proposta Detalhe (**ANEXO 2**) e Termo de Referência (**ANEXO 1**) do Pregão Eletrônico nº 002/2015".*

Cumprir dizer que os presentes questionamentos são apresentados tempestivamente, tendo em vista a previsão constante do item 1.5 do edital, bem como a Lei



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

8.666/93, art. 41, § 2º aplicável subsidiariamente à modalidade pregão. Assim, deve ser conhecido o pedido de esclarecimentos.

1) O item 9.1.2 do Edital determina que: *"O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, **ANEXO 2**, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final."*

Já o parágrafo 3º do Anexo II ao Edital prevê que: *"As quatro vias da PROPOSTA DE PREÇOS deverão ser devolvidas a este Órgão, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, com a indicação de seu número e data de encerramento."*

Isto posto, indaga-se: está correto o entendimento que o parágrafo 3º do Anexo II do Edital não se aplica ao Pregão Eletrônico ora em análise, já que a forma impressa da proposta de preço somente será utilizada pelo licitante vencedor?

2) O item 11.1.2 do Edital estabelece que *"o sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00minh as 18h00minh e, após esse período, será bloqueado para tal finalidade"*.

Já o item 11.7 determina que a *"A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances."*

Contudo, não ficou claro no Edital qual é o horário de encerramento ou duração da etapa de lances da sessão pública.

Isto posto, indaga-se: Qual é o horário de encerramento ou de duração da etapa de lances?

3) O item 14.3 do Edital preceitua que *"As razões e contra-razões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail **divcom@subsecmilitar.rj.gov.br** ou para o fax (21)*



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

2334-3314, com posterior envio do original, desde que observado o prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame."

Isto posto, indaga-se: está correto o entendimento da Consulente que a contagem dos prazo fixado no item supracitado deve ser feita na forma do artigo 110¹ da Lei 8.666/93, ou seja, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento ?

4) O item 17.8 do Edital prevê que o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo, sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil e sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pela Administração e da aplicação de sanções administrativas.

Ainda, o item 2.3 do Edital estabelece que o prazo máximo de entrega das peças *"deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, a contar do pedido das peças e/ou componentes pela Subsecretaria Adjunta de Operações Aéreas"*. @

Contudo, devem ser contempladas as situações que configuram motivo justo ou de força maior que podem resultar na impossibilidade da prestação dos serviços, sejam elas decorrentes da indisponibilidade da peça pelo fabricante, problemas no transporte e/ou na importação e atos de terceiros (ex: ausência de autorização de autoridades competentes), por exemplo.

Isto posto, requer a Consulente inicialmente que sejam detalhados os casos em que a aplicação da penalidade não seriam cabíveis, ou seja, as causas que seriam interpretadas como excludente de qualquer responsabilidade ou causa de descumprimento do contrato com a consequente aplicação da multa.

5) Ainda em relação à previsão contida no item 17.8 do Edital, acima transcrita, requer a Consulente seja esclarecido se, caso a Contratante encontre-se em mora, haverá aplicação recíproca das penalidades.

¹ "Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade."



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

6) O item 17.9 estabelece que a Administração poderá descontar dos pagamentos a serem feitos à contratada, o valor das multas previstas na alínea b, do item 17.1, e no item 17.8, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, quando os valores destas forem superiores ao valor da garantia prestada.

Entretanto, não existe amparo legal para tal previsão. Trata-se de cláusula abusiva, que estabelece situação de desigualdade entre as partes contratantes e merece ser suprimida do indigitado edital.

7) O item 20.1 do Edital estabelece que a CONTRATADA deverá fornecer garantia de todas as peças fornecidas e elenca os prazos de garantia dependendo do que vier a ser fornecido, sem, contudo, trazer a exceção para os casos dos danos causados por manuseio incorreto, inobservância das normas recomendadas pelo fabricante, má conservação pelo operador, enfim, de todos os danos ocorridos decorrente de "mau uso" pela CONTRATANTE, ou seja, situações estas onde não caberia à CONTRATADA prestar garantia das peças fornecidas.

Desta feita, a Consulente requer seja incluída esta exceção na redação do texto da referida cláusula no Edital, como também, na cláusula respectiva da minuta do contrato (Cláusula Décima).

8) Pode-se entender pela previsão contida no subitem 20.1.4 do Edital, a saber, "*Serviços de terceiros: será repassada as condições de garantia do reparador*", que as garantias das peças são de exclusiva responsabilidade dos respectivos fabricantes?

Caso seja negativa a resposta, requer a Consulente que a garantia das peças seja aquela estipulada pelo fabricante, mesmo porque, caso contrário, o contrato pode tornar-se excessivamente oneroso à contratada.

9) O item 9.7.1 estabelece que: "*Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Subsecretaria Militar da Casa Civil este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.*"



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Está correto o entendimento da Consulente de que a prorrogação dependerá da expressa concordância da adjudicatária?

10) O item 9.8.1 do Edital prevê que *"Para efeitos deste processo licitatório, considera-se como TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (TAXA HANDLING), todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação"*.

Contudo, é importante destacar que as despesas relativas ao objeto do contrato podem sofrer alteração, como por exemplo, pela instituição de novos impostos, pelo aumento nas alíquotas ou nos custos do frete das peças, pelo aumento da remuneração dos empregados por força de convenção/acordo coletivo (data-base), dentre outros.

Isto posto indaga-se: está correto o entendimento da consulente de que a licitante vencedora poderá requerer o reajustamento na Taxa Handling por motivo de força maior ou decorrência de fatos que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do contrato?

11) O item 17 da Cláusula Quarta do contrato anexo ao Edital, determina que constitui obrigação da Contratada:

"17) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

Solicita-se que seja esclarecido se tal obrigação somente será exigível caso haja comprovação de que os defeitos ou incorreções sejam resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

12) Ainda, dentre as obrigações previstas para a contratada, há o item 18 da Cláusula Quarta da minuta do contrato que atribui à contratada:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

18) Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros”.

Isto posto, está correto o entendimento da Consulente no sentido de que eventual responsabilização da futura Contratada e/ou aplicação de penalidades está limitada aos danos decorrentes de ação doloso e/ou culposa, nos termos do artigo 70 da Lei nº 8.666/1993?

13) O parágrafo único da Cláusula Décima Quarta estabelece que “Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.”

Ocorre, no entanto, que as despesas processuais e os honorários advocatícios² (ônus sucumbenciais) decorrem, sempre, de decisão judicial transitada em julgado, sendo descabida sua fixação prévia no contrato.

Isto posto, requer a Consulente seja retirada a referida previsão contida no parágrafo único da Cláusula Décima Quarta da minuta do contrato anexa ao edital.

14) A Cláusula Décima Sexta do Contrato anexo ao Edital prevê que:

² Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios. Essa verba honorária será devida, também, nos casos em que o advogado funcionar em causa própria.

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido.

(...)

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos:

a) o grau de zelo do profissional;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

"Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo único – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial."

O texto da referida cláusula é contrário ao disposto na Lei 8.666/93, que prevê, expressamente, a possibilidade de rescisão ou suspensão do contrato pelo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração.

Isto posto, requer a Consulente seja retirada a referida cláusula ou, alternativamente, seja a mesma readequada aos limites impostos pela Lei nº 8.666/93.

15) O item 15.2 do Edital prevê que "(...) o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 24:00 (vinte e quatro) horas, para assinatura do contrato". No entanto, a Consulente entende que a antecedência mínima deveria ser elastecida, por ser muito exígua, devendo ser alterada para antecedência mínima de pelo menos 5 (cinco) dias, sobretudo porque há participação de empresas licitantes sediadas em outros Estados, que não Rio de Janeiro.

16) O item 16.3 do Edital preceitua que "o prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela". Em complementação, o subitem 16.3.1 define adimplemento como sendo "o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s)".

Entende a Consulente que o ateste do agente competente será imediato, caso esteja presente a hipótese de cumprimento da prestação com a entrega do objeto pela futura contratada. Tal entendimento está correto?



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

17) Considera a Consulente que, embora não esteja previsto expressamente no item 19 do Edital, assim como na Cláusula Segunda da minuta do contrato, poderá haver prorrogação do prazo contratual, nos exatos termos previstos no artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Tal entendimento está correto?

Certo de ter contribuído no processo em referência com os questionamentos ora apresentados, a Consulente externa seus votos de elevado apreço e aguarda o devido retorno aos questionamentos acima apresentados, ressaltando, ainda, ao direito de apresentar questionamentos suplementares, caso necessário.

Cordialmente,

ESCLARECIMENTOS PRESTADOS:

À Empresa LÍDER SIGNATURE S/A

1- Em atenção ao primeiro questionamento formulado, alusivo à previsão estampada no subitem 9.1.2 do Edital e o § 3º do Anexo II ao Edital, esclareço que a Proposta de Preços (ANEXO II) deverá ser elaborada em quatro vias, apenas pelo licitante vencedor, e encaminhada juntamente com a documentação de habilitação.

2 – A sessão de abertura de propostas do Pregão Eletrônico nº 002/2015 ocorrerá às 10:00 h do dia 12 de março de 2015 e às 10:30 h terá início a sessão pública do Pregão, da qual participarão os licitantes que inseriram propostas no sistema.

O certame, então, terá início com a fase de lances, cuja duração é determinada pelo Pregoeiro, a seguir dar-se-á início ao período randômico de lances, cuja duração é



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

determinada aleatoriamente pelo sistema eletrônico, a qual terá a duração de até 30 (trinta) minutos.

3 – Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital do certame, excluir-se-á o do dia do início e incluir-se-á o do término, conforme o disposto no subitem nº 21.4 do Instrumento Convocatório, em conformidade com a previsão legal estampada no Art. 110, caput, da Lei 8.666/93.

4 – Em atenção ao primeiro questionamento formulado, alusivo à previsão estampada no subitem 2.3 e 17.8 do Edital em comento, esclareço que o prazo para a entrega das peças será de 30 (trinta) dias.

Qualquer descumprimento do prazo contido na previsão mencionada será avaliado criteriosamente pela Administração, de acordo com o caso concreto apresentado, caso venha a ocorrer.

5 e 6 – Em atenção aos questionamentos de nº 5 e 6, esclareço inicialmente que a Administração Pública goza de certas prerrogativas ante os particulares.

Os contratos administrativos contêm cláusulas que não seriam admissíveis em uma relação contratual de Direito Privado e que colocam a Administração em posição privilegiada em relação à outra, garantindo-lhe diversas prerrogativas, dentre elas, as denominadas *cláusulas exorbitantes*, presentes nos contratos firmados pela Administração, cujo regime jurídico encontra-se previsto no art. 58 da lei nº 8.666/93.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

Essas prerrogativas são reflexo do regime jurídico-administrativo, o qual se fundamenta em dois importantes princípios, o da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público, dos quais provém outros tantos.

Desta forma, não há que se falar em reciprocidade referente à aplicação de penalidades previstas no subitem 17.8 do Edital e nem da supressão do referido dispositivo e do subitem 17.9, do Edital em comento.

Cumpre esclarecer ainda, que os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que os citados dispositivos, integram o referido documento, objeto da Resolução nº 3054 PGE de 02 de dezembro de 2011.

Assinatura manuscrita em tinta azul, localizada no lado direito da página.

7 - Em atenção à solicitação constante do questionamento nº 7, esclareço que a ocorrência de qualquer exceção descrita, denominada pela empresa postulante como “mau uso” será criteriosamente avaliada pela administração, de acordo com o caso concreto apresentado, caso este venha a ocorrer.

8 - Quanto à prestação da garantia por parte do fabricante, convém ressaltar que a celebração do Contrato em pauta se dará entre a Contratante e a empresa vencedora do certame, não havendo, portanto, qualquer relação jurídica entre a empresa fabricante das peças e a Administração, logo não há como atender ao pleito formulado.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

9 – O item 9.7 do Edital dispõe que a validade da proposta deverá ser mantida por 60 (sessenta) dias e a seguir o subitem 9.7.1 é claro ao discorrer que a prorrogação desse prazo por motivo de força maior poderá ser solicitada por igual prazo, logo, a critério da adjudicatária.

10 – Em atenção ao questionamento 10, esclareço que as despesas relativas ao objeto contratual, assim como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras inerentes ao cumprimento das obrigações contratuais deverá estar embutido na proposta apresentada pela empresa, não sendo admitida posteriormente qualquer ponderação alusiva à revisão ou reajuste que venha a onerar o valor contratual proposto inicialmente, por ocasião da celebração do Contrato.

11 – Em atenção ao décimo - primeiro questionamento formulado, esclareço que tais obrigações da contratada poderão ser exigidas sempre que a Contratante verificar que os vícios, defeitos ou incorreções são decorrentes da execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações.

12 - A Contratada será responsável por todo e qualquer dano e prejuízo pessoal e material, que possa advir, direta e indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à Contratante ou a terceiros na forma da legislação vigente, cabendo nestes casos apenas a possibilidade de culpa ou dolo.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

13 – Em atenção à solicitação constante do questionamento nº 13, referente à previsão contida na Cláusula Décima Quinta da minuta contratual, esclareço que conforme já decorrido no esclarecimento alusivo aos questionamentos de nº 7 e 8, referentes ao Edital do certame, os contratos administrativos contêm cláusulas que não seriam admissíveis em uma relação contratual de Direito Privado e que colocam a Administração em posição privilegiada em relação à outra, garantindo-lhe diversas prerrogativas, dentre elas, as denominadas *cláusulas exorbitantes*, presentes nos contratos firmados pela Administração.

Cabe reiterar, que os órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que a citada Cláusula, integra o referido documento, objeto da Resolução 3046 PGE de 28 de novembro de 2011.

14 – Em atenção ao questionamento nº 14, referente à minuta contratual, reitero o esclarecimento anterior, ressaltando que órgãos da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, estão vinculados às minutas-padrão editadas pela Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro e que a citada Cláusula, integra o referido documento, objeto da Resolução 3046 PGE de 28 de novembro de 2011, não sendo possível, portanto, o atendimento do pleito formulado.

15 – Quanto ao pleito, alusivo ao subitem 15.2, a Administração entende que o prazo de 24 (vinte e quatro) horas é suficiente para convocação. Qualquer impossibilidade de comparecimento, dentro do prazo, por parte da empresa adjudicatária será avaliada pela Administração.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado da Casa Civil
Subsecretaria Militar
Superintendência de Orçamento e Finanças

16 – O ateste do agente competente se dará em conformidade com o estabelecido no item nº 18 do Edital do certame e segundo a previsão legal contida nos Art. 73 e 74 da Lei nº 8.666/93.

17 – O Art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, assim dispõe:

Art. 57 A duração dos Contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

.....

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a sessenta meses;

O Contrato, o qual se pretende celebrar, tem natureza jurídica de contrato de compra e não serviço contínuo, uma vez que tem por objeto o fornecimento de peças e componentes para a aeronave Bell 210, modelo Huey II, razão pela qual não há previsão legal que respalde prorrogação de prazo de contratos dessa natureza.

Atenciosamente,


ADRIANA PAIXÃO DE ALMEIDA
PREGOEIRA